DHOUGLAS ARAUJO SOARES

**SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E O FUNDAMENTO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

FRUTAL / MG

2019

DHOUGLAS ARAUJO SOARES

**SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E O FUNDAMENTO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

FRUTAL/MG

2019

SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E O FUNDAMENTO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Dhoulgas Araujo Soares¹

RESUMO – Trata-se de um trabalho onde abordaremos sobre a política dos Estados Brasileiros com o Sistema Carcerário frente ao fundamento do Estado Democrático de Direito da Dignidade da Pessoa Humana, primordial e fundamental para todo o sistema jurídico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade da Pessoa Humana. Sistema Carcerário. Respeito à Constituição Federal. Princípios Constitucionais.

ABSTRACT- It is a work of course where we will discuss about the policy of the Brazilian States with the Carcerário System against the foundation of the Democratic State of Right of the Dignity of the Human Person, primordial and fundamental for the whole Brazilian legal system.

KEYWORDS: Dignity of human person. Prison system. Respect for the Federal Constitution. Constitutional principles.

¹Dhoulgas Araujo Soares, advogado. Graduado em Direito pela instituição de ensino do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (UNIFEB), em 2016. Pós-Graduando em Direito Público pela Pontifícia Católica de Minas Gerais. Pós-Graduando em Direito Constitucional pela FAVENI.

1- INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é principalmente a constatação das infringências que o próprio Estado, Poder Público, infringe os fundamentos e princípios Constitucionais. Um dos serviços públicos mais afetados pela ineficiência do Estado, falta de investimento, falta de planejamento, e o sistema carcerário onde a cada dia que se passa as condições humanas tomam-se piores.

Inicialmente, cumpre destacar que a Constituição Federal vigente foi promulgada em 1.988. Constituição esta, considerada como Cidadã, trazendo consigo, como fundamento, a dignidade da pessoa humana.

Nós, brasileiros esperamos, a partir do momento em que efetuamos o pagamento de cada centavo de Imposto que todos os serviços do Estado sejam retomados com muita eficiência, responsabilidade, efetividade.

Trataremos neste trabalho sobre as afrontas em que o próprio Estado, desrespeita, rasga e afronta a Constituição Federal.

2- MATERIAL E MÉTODOS

Primeiramente tratamos de um assunto muito polêmico neste trabalho, visto que alguns cidadãos concordam plenamente com tal trabalho, outros, por sua vez, utilizando-se do rancor, da raiva, do sentimento de quererem punições, do sentimento de que a Justiça não é feita discordarão plenamente. Para estes, pedimos uma chance para lerem este trabalho e analisar os argumentos aqui suscitados.

Utilizaremos neste trabalho o tipo de pesquisa qualitativa. Todas as bases para a produção deste trabalho serão doutrinas, endereços eletrônicos e a própria convivência com o sistema carcerário brasileiro. Quanto aos procedimentos técnicos do presente trabalho utilizaremos pesquisa-ação.

3 – A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O FUNDAMENTO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA:

Importante destacar que a Constituição Federal vigente foi promulgada no ano de 1.988. Missão delegada ao poder constituinte de elaborar uma Constituição, anos após o Regime Militar, onde a sociedade clamava, principalmente, os direitos de liberdade “física” como também liberdade de expressão foi imensa.

A Carta Magna de 1988 iniciou uma nova história do Brasil dividindo dois grandes marcos históricos: regime militar e democracia. Àquele, conhecido como período do autoritarismo, violência, negação dos direitos individuais e coletivos. Este, por sua vez, um período tão desejado pela sociedade, iria iniciar uma nova ordem política e jurídica do país baseadas na igualdade e liberdade.²

Quanto à Constituição, Ulisses Guimarães, no dia 5 de outubro de 1.988 diz:

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia. Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.³

Sábias palavras de Ulisses Guimarães!

Quem diria que o grande propulsor da Constituição Federal que temos pensaria um dia que, mesmo após quase 30 anos de sua promulgação, o próprio Estado seria o principal traidor da Constituição; nos termos de Ulisses, traidor da Pátria.

Princípio fundamental é entendido como: “regras fundamentais informadoras de todo sistema jurídico, ou seja, diretrizes básicas, alicerces do ordenamento

² CLEONILDO, Cruz. **Constituinte: 1987-1988**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2015, p. 9

³ CLEONILDO, Cruz. **Constituinte: 1987-1988**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2015, p. 5

constitucional brasileiro, os quais veiculam os mais relevantes valores que estruturaram a elaboração da Constituição Federal.”⁴

Insta definir o que é fundamento e princípio.

Fundamento: do latim *fundamentum*(firmeza, fortalecimento), é palavra que se aplica no mesmo sentido de base ou razão, em que se firmaram as coisas ou em que se justificaram as ações. É o fundamento jurídico, que também pode assentar em princípios de ordem doutrinária ou jurisprudencial.⁵

Princípio: derivado do latim *principium*(origem, começo), em sentido vulgar quer exprimir o começo de vida ou o primeiro instante em que as pessoas ou as coisas começam a existir. É, amplamente, indicativo do começo ou da origem de qualquer coisa. Princípio é também a expressão que designa a espécie de norma jurídica cujo conteúdo é genérico, contrapondo-se à regra ou ao preceito, que é a norma mais individualizada. ⁶

Desta forma, ao abrir a Constituição Federal de 1988, em seu Primeiro Artigo contém:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Assim sendo, no inciso ‘III’ temos o fundamento da dignidade da pessoa humana, entendido como: “O valor da dignidade da pessoa humana deve ser entendido como o absoluto respeito aos direitos fundamentais de todo ser humano, assegurando-se condições dignas de existência para todos”⁷.

No mesmo sentido, e tão quão importante temos o seguinte conceito do Ministro Barroso: “A dignidade da pessoa humana é o valor e o princípio subjacente

⁴ PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e direitos fundamentais**. 4. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 17, p. 57.

⁵ SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 646.

⁶ SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 1093.

⁷ PINHO, Rodrigo César Rabello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 90.

ao grande mandamento, de origem religiosa, do respeito ao próximo. Todas as pessoas são iguais, e têm direito a tratamento igualmente digno”.⁸

Quanto aos direitos do ser humano temos Declaração Universal dos Direitos do Homem além de vários pactos recepcionados pelo Brasil.

Agora basta refletirmos: A União, os Estados-Membros, o Poder Público em geral respeita tal fundamento norteador da Constituição Federal e de todo o nosso ordenamento jurídico brasileiro vigente?

Eis a questão, tema do nosso trabalho.

4 – SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO:

Prisão? Por que existe a prisão como restrição da liberdade?

“originalmente as prisões foram criadas como alternativas mais humanas aos castigos corporais e à pena de morte. Já, num segundo momento, estas deveriam atender as necessidades sociais de punição e proteção enquanto promovessem a reeducação dos infratores”⁹

O sistema carcerário brasileiro enfrenta diariamente problemas com principalmente a superlotação. Com este, surgem diversos outros, como a falta de higiene, doenças, falta de assistência básica psicológica e saúde, infraestrutura, falta de profissionais, dentre outros.

Insta destacar que o sistema carcerário possui como finalidade a ressocialização do delinquente, a reeducação para que àquele que cometeu um crime possa retornar para a sociedade mudado, com ideias de trabalhar, estudar, constituir sua família, ter renda lícita.

Ocorre que, da forma em que o Sistema Carcerário encontra-se atualmente está fazendo com que os condenados retornem ao convívio social pior do que àquele estado no qual ingressou.

Observamos que nos últimos anos tivemos vários protestos nas Cadeiras e Penitenciárias de todo o Brasil, no qual os presos reconhecem que devem “pagar”

⁸ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 2011, p.252.

⁹ ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008, p. 61.

por aquilo que praticou contra outrem, todavia com respeito à sua dignidade, tema deste trabalho.¹⁰

O Poder Público brasileiro, atualmente, além de retirar o cidadão que praticou qualquer crime do convívio social retira ainda a dignidade deste.

Quanto às infringências da Constituição Federal percebemos o grande abuso pelo próprio Poder Público, conforme ensinamentos de Bullos: “A Constituição, mesmo dotada de supremacia, não está imune a abusos e violações, tanto por parte do legislador ordinário como das autoridades públicas em geral”¹¹.

Percebemos que os presos são tratados de forma desumana, de forma bruta tanto pela infraestrutura das penitenciárias brasileiras (superlotação) como também pela falta de assistência essenciais como psicológica e da saúde, da falta de higiene, do tratamento por parte dos Agente Penitenciários como se eles fossem um animal irracional, que não tivessem sentimentos, que não tivessem famílias, filhos, pais, cônjuge/companheiro(a). Cumpre destacar que eles são humanos, são dotados dos mesmos direitos que o Presidente da República, Governador, Juiz de Direito possuem.

Não bastasse o desrespeito por parte do Poder Público com os Presídios superlotados acarretando diversos problemas que ferem claramente a dignidade dos delinquentes, há diversos e diversos juízes no Brasil que desejam fazer justiça colocando pessoas, que erram uma única vez, neste sistema carcerário. Muitas das vezes, sendo réu primário, crime afiançável, crime de menor potencial ofensivo.

5 –CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Se um cidadão erra na vida receberá, por parte do Estado, uma pena, esta podendo ser restritiva de direito, privação de liberdade ou multa. A pena de privar a liberdade do cidadão é garantida pela Constituição Federal de 1.988 e é pena mais severa trazida pela Carta Magna, com exceção da pena de morte em caso de guerra declarada.

¹⁰ Último Segundo. **Crise penitenciária**: 34 presídios estão em alerta após fuga e manifestações. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-11-11/nova-crise-penitenciaria.html>>. Acesso em 23 jun 2018.

¹¹ BULLOS, UadiLammêgo. Curso de direito constitucional. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p.187.

Ocorre que o cidadão, quando desrespeita a Lei é punido, e na maioria, severamente. E quando o Estado infringe um princípio Constitucional, o que acontece com o Administrador Público?

Se o cidadão errou, deve sim pagar, porém, pagar com dignidade, que deve ser fornecido pelo Poder Público, já que ele estará sobre sua custódia.

Para um sistema penitenciário perfeito é necessário realizar diversos estudos e um sistema ideal, ou quase perfeito, é o sistema APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) que dedica à recuperação e à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade.

Quanto a este sistema da APAC destacamos:

O trabalho da Apac dispõe de um método de valorização humana, vinculado à evangelização e baseado em 12 elementos para oferecer ao condenado condições de se recuperar. Busca também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da Justiça e o socorro às vítimas. Amparada pela Constituição Federal para atuar nos presídios, a Apac possui seu estatuto resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal. Opera como entidade auxiliar dos poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechados, semiaberto e aberto.

A principal diferença entre a Apac e o sistema prisional comum é que, no primeiro caso, os próprios presos (recuperandos) são corresponsáveis pela sua recuperação e têm assistências espiritual, médica, psicológica e jurídica prestadas pelas comunidades. A segurança e a disciplina do presídio são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte os funcionários, voluntários e diretores da entidade, sem a presença de policiais e de agentes penitenciários.

Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, eles possuem atividades variadas, evitando a ociosidade.

A metodologia Apac fundamenta-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e envolvimento da família do sentenciado. A valorização do ser humano e da sua capacidade de recuperação é também um importante diferencial no método da Apac. Um outro destaque refere-se à municipalização da execução penal. O condenado cumpre a sua pena em presídio de pequeno porte, com capacidade média de cem a 180 recuperandos, dando preferência para que o preso permaneça na sua terra natal ou onde reside sua família. Cada Apac é filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), órgão coordenador e fiscalizador das associações, reconhecida de utilidade pública até internacionalmente, que tem a função de orientar, assistir e manter a unidade de propósitos das associações.¹²

O Sistema Carcerário está frente a um sistema que busca o tratamento com dignidade do detento, APAC. Da forma que é administrada atualmente, é notório que o próprio Estado desrespeita a Constituição Federal, rasga-a, e nos termos de Ulisses Guimarães trai a própria Pátria.

¹²O tempo. O que é o método APAC. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/rotary/o-que-%C3%A9-o-m%C3%A9todo-apac-1.880>>. Acesso em 23 jun 2018.

Eis um tema a ser debatido com os representantes políticos que iremos eleger nos próximos anos, onde devemos buscar uma solução. Não basta usar àquele clichê que muitos usam: “se a cela foi feita para 10 e possui 20, é porque cabe 20”. Devemos lembrar que este cidadão preso tem dignidade e acima de tudo, deve ser recuperado pelo sistema carcerário e retornar ao convívio social.

6 –REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 2011.

BULLOS, UadiLammêgo. **Curso de direito constitucional**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CLEONILDO, Cruz. **Constituinte: 1987-1988**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2015.

KUHNEN, Luana da Costa. BRASIL, Valentina Paula, FILHO, João Telmo de Oliveira. **O sistema penitenciário brasileiro frente à dignidade humana**. Disponível em: [https://www.imed.edu.br/Uploads/JoaoTelmodeoliveirafilho5\(área%203\).pdf](https://www.imed.edu.br/Uploads/JoaoTelmodeoliveirafilho5(área%203).pdf).

Acesso em 23 jun 2018.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e direitos fundamentais**. 4. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 17.

PINHO, Rodrigo César Rabello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, de Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Último Segundo. **Crise penitenciária**: 34 presídios estão em alerta após fuga e manifestações. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-11-11/nova-crise-penitenciaria.html>. Acesso em 23 jun 2018.

O tempo. **O que é o método APAC**. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/rotary/o-que-%C3%A9-o-m%C3%A9todo-apac-1.880>. Acesso em 23 jun 2018.